

“Nós fizemos a revolução, para perpetuar a democracia, e não para destruí-la a pretexto de salvá-la”: Carlos Lacerda e a crise de 1964^I

Fabício Ferreira de Medeiros^{II}

Resumo: Este trabalho examina a trajetória política de Carlos Lacerda, com o fim de discutir certos impasses da consolidação da democracia brasileira entre as décadas de 1940 e 1960. Para tanto, analiso as bases sociais e ideológicas do lacerdismo, as ambiguidades do liberalismo udenista e da modernização da imprensa brasileira, a relação de Lacerda com o getulismo e a crise do regime democrático que culminou com o golpe empresarial-militar de 1964. Parto da hipótese de que a dificuldade de aceitar formas ampliadas de participação política e o recurso a golpes de Estado são elementos representativos não só do lacerdismo e do udenismo, como também dos dilemas colocados pelas elites em nosso país em face dos movimentos de democratização e modernização.

Palavras-chave: Carlos Lacerda. Democracia. Liberalismo. Golpe de Estado. Getulismo.

“We did the revolution, to perpetuate democracy, and not to destroy it with the background to save it”: Carlos Lacerda and the crisis of 1964

Abstract: This paper examines the political trajectory of Carlos Lacerda, in order to discuss certain impasses in the consolidation of Brazilian democracy between the 1940s and 1960s. To this end, I analyze the social and ideological bases of lacerdism, the ambiguities of udenist liberalism and modernization from the Brazilian press, Lacerda's relationship with Getulism and the crisis of the democratic regime that culminated in the 1964 business-military coup. I start from the hypothesis that the difficulty of accepting expanded forms of political participation and the use of coups d'état are representative elements not only of lacerdism and udenism, but also of the dilemmas posed by the elites in our country in face of the democratization and modernization movements.

Keywords: Carlos Lacerda. Democracy. Liberalism. Coups d'état. Getulism.

Artigo recebido em 02/03/2020 e aceito em 13/04/2020

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Introdução

“Nós fizemos a revolução, para perpetuar a democracia, e não para destruí-la a pretexto de salvá-la”, advertiu Carlos Lacerda em entrevista à TV Itacolomi, em 15 de julho de 1965, em campanha pela realização da eleição direta para a presidência da República.^{III} Naquele momento, o líder da União Democrática Nacional (UDN) na Guanabara, e principal candidato civil à vaga presidencial, questionava a prorrogação do governo Castelo Branco, primeira gestão militar após o golpe de 1964. Apontado como um dos principais articuladores do desgaste político de João Goulart e líder civil da “revolução”, curiosamente, Lacerda passou do auge ao declínio de sua trajetória política em um curto espaço de tempo, não deixando de evidenciar uma série de ambiguidades em seus posicionamentos políticos.

Defendeu a instauração de regimes de exceção em diversas oportunidades (1950, 1955, 1964), acreditando na possibilidade de encaminhar reformas importantes para o país, a partir da retirada dos obstáculos que as elites políticas e a morosidade do processo legislativo impunham. Porém, em nenhum momento, deixou de justificar que seus posicionamentos políticos visavam à democratização do país, e não à instauração de uma ditadura.^{IV}

Identificado como o “demolidor de presidentes”, Lacerda é situado por seus estudiosos como um personagem central na República de 1946, sintetizando as ambiguidades do liberalismo udenista e protagonizando as crises mais importantes do período: em 1954, quando do suicídio de Getúlio Vargas; em 1955, quando do golpe preventivo que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek; em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros; e em 1964, com a derrubada de Jango.

Este trabalho examina a trajetória política de Carlos Lacerda, com o fim de discutir certos impasses da consolidação da democracia brasileira entre as décadas de 1940 e 1960. Para tanto, analiso as bases sociais e ideológicas do lacerdismo, as ambiguidades do liberalismo udenista e da modernização da imprensa brasileira, a relação de Lacerda com o getulismo e a crise do regime democrático que culminou com o golpe empresarial-militar de 1964. Parto da hipótese de que a dificuldade de aceitar formas ampliadas de participação política e o recurso a golpes de Estado são elementos representativos não só do lacerdismo e do udenismo, como também dos dilemas colocados pelas elites em nosso país em face dos movimentos de democratização e modernização.

Para atender a esses objetivos, organizo o texto da seguinte forma. Primeiro, discuto a projeção de Carlos Lacerda nos campos jornalístico e político, atentando para as ambiguidades da modernização da imprensa brasileira e do liberalismo udenista, do qual Lacerda é um expoente. Segundo, analiso a proposta “saneadora” do lacerdismo, com foco em seus embates contra o getulismo e herdeiros políticos, partindo da hipótese de que Lacerda adotou uma retórica tão populista quanto aquela que jurava condenar. Finalmente, examino sua atuação política na primeira metade da década de 1960, situando o personagem nas crises de 1961 e 1964.

Carlos Lacerda entre jornalismo e política

Carlos Frederico Werneck Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1914, herdeiro de uma família tradicional de homens públicos e pertencentes às classes médias. Seu

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, foi Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo Prudente de Moraes e Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Seu

pai, além de jornalista, foi deputado federal por três vezes, participando do movimento tenentista e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Finalmente, dois de seus tios foram membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), fatos que contribuíam para a ocorrência de conversas cotidianas sobre política na casa dos Lacerda.

Como jornalista, Carlos iniciou sua carreira no *Diário de Notícias* (1930), ingressando posteriormente na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse ambiente marcado pelo pensamento marxista,^V entrou em contato com a Federação da Juventude Comunista, vinculada ao PCB. Em seu segundo ano de graduação, abandonou o curso de Direito, percebendo que essa não seria a sua vocação.^{VI} Assim como seu pai, participou da ANL, organização que “propunha a luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio”.^{VII} Por sua vinculação aos comunistas, Lacerda foi preso diversas vezes; em uma delas, por acusação dos próprios comunistas e em razão de seu desgaste com o PCB.

O rompimento com o partido ocorreu em 1939, quando Lacerda foi incumbido de escrever um artigo sobre o comunismo no Brasil encomendado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo. Aproveitando-se de seus contatos com membros do PCB, o jovem jornalista aceitou a tarefa que lhe foi proposta, ainda que receoso de suas repercussões. Em seu *Depoimento*, conta que havia procurado o partido em busca de orientações, no que recebeu “sinal verde”. Porém, a divulgação do texto intitulado “A exposição anticomunista” na revista *Observador Econômico e Financeiro* gerou descontentamento entre os comunistas, que acusaram Lacerda de trair seus antigos companheiros.^{VIII} A aliança entre Luis Carlos Prestes e Getúlio Vargas, por ocasião das discussões sobre as primeiras eleições pós-Estado Novo (por volta de 1945), foi o estopim para o afastamento de Carlos Lacerda em relação aos comunistas. A partir desse momento, e depois de tentar sem sucesso se reaproximar do PCB, encararia como sua missão principal não só afastar da política brasileira o getulismo, como também a influência do comunismo, missão essa que ia de encontro aos valores assumidos pela nascente UDN, partido no qual Lacerda ingressou e se destacou.^{IX}

De qualquer maneira, a ascensão política de Lacerda se explica, em boa parte, pela habilidade com que se utilizou dos meios de comunicação, com destaque para o rádio, os jornais, revistas e a nascente televisão.^X O “demolidor de presidentes” atuou na revista *Diretrizes*, onde conheceu Samuel Wainer, um de seus principais adversários no campo jornalístico. Mas teve colaboração mais destacada no *Correio da Manhã* e na *Tribuna da Imprensa*, onde era diretor-presidente e imprimia sua própria linha política e editorial. A veiculação das ideias de Carlos Lacerda era, na verdade, a própria razão de ser do diário criado em 1949, considerado pelo próprio como uma “escola de jornalismo”.^{XI}

Lembrado como um dos protagonistas da modernização da imprensa brasileira,^{XII} Lacerda se projetou primeiro como jornalista, publicando sua concepção da atividade no livro *A missão da imprensa*. Apresentando-se como jornalista de ofício,^{XIII} defendeu um dos princípios mais caros a essa nova cultura profissional: a objetividade, argumentando que “o jornalista não

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

se deixa envolver pela paixão a ponto de comprometer a do leitor”.^{XIV} A objetividade se expressaria, sobretudo, na busca pela verdade dos fatos e na separação entre informação e

opinião, vista como um ideal norteador do jornalismo, ainda que não absoluto.^{XV} Para o criador da *Tribuna da Imprensa*, o “bom jornalista” é o intérprete legítimo da nação,^{XVI} responsável primeiro pela constituição de uma opinião pública esclarecida, “bem informada, atenta, vigilante”,^{XVII} que, guiada por determinados enquadramentos, possa ajudar os homens a agir

sobre o mundo.^{XVIII} Nesse discurso sobre as características, os dilemas e as potencialidades do jornalismo brasileiro, Lacerda condena o jornalismo popular e sensacionalista, apoiado na demagogia e na obscenidade, além da conivência da imprensa com a mentira e os golpes de Estado, associando tal fenômeno aos problemas vivenciados pelo próprio regime democrático.^{XIX} Além dessas críticas, aponta problemas relativos: 1) ao tipo de linguagem utilizada pelos jornalistas, marcada pela paixão exagerada; 2) à falta de identificação das fontes; 3) à superficialidade das análises; e 4) à polarização entre “nacionalismo extremado” e “subserviência ao interesse estrangeiro”. “Numa palavra, falta de equilíbrio, instabilidade de julgamento, não somente uma característica do jornalismo como de todo o país”.^{XX} Por fim, o diretor da *Tribuna* condena o amadorismo, defendendo a profissionalização do jornalismo.^{XXI}

Acredito que a discussão sobre as ambiguidades da modernização da imprensa brasileira guarda relação íntima com os impasses da democratização. Isso porque a imprensa é ator político relevante, na medida em que ajuda a criar consensos e preferências políticas, constrói narrativas sobre os conflitos, interfere no debate público e na tomada de decisões políticas, influencia e é influenciada pelo sistema político.^{XXII}

Embora os jornalistas brasileiros advoguem a apropriação do modelo norte-americano de jornalismo (objetivo, neutro, imparcial, norteado pela busca da verdade e atenção ao interesse público), para Afonso de Albuquerque, os termos nos quais a imprensa assume seus compromissos políticos no Brasil são diferentes, o que se explica pelas diferenças culturais entre os dois países. Ainda que o Brasil tenha incorporado o individualismo, em nossa cultura há uma preocupação substancial com a preservação da ordem e da ‘harmonia social’, associada a uma lógica ‘holística’ e ‘hierárquica’.^{XXIII} Para o autor, o compromisso da imprensa brasileira com a democracia tende a ser interpretado de maneira menos dogmática e mais instrumental. Nesse sentido, sendo a democracia “uma conquista instável (e, portanto, a crise é uma constante) faz sentido tolerar sacrifícios repetidos e sistemáticos do direito individual se eles se fazem em favor do bem comum”.^{XXIV} A função de formadora de opinião e de atuação como quarto poder, atribuída à imprensa pela tradição liberal, tende a ser entendida numa perspectiva elitista da democracia, que considera as camadas populares incapacitadas para a participação política. Logo, o compromisso com a ordem se sobrepõe ao respeito às regras do jogo democrático e da objetividade jornalística: “A despeito do discurso oficial do jornalismo brasileiro, o seu compromisso com o interesse público é entendido muito menos com base no respeito às normas da ‘objetividade’ jornalística que nos termos de uma responsabilidade com a estabilidade política e econômica”.^{XXV}

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Segundo Marco Roxo, a profissionalização da referida atividade ocorreu de forma distinta à experiência dos EUA, pois “o jornalismo brasileiro se desenvolveu em meio a uma

cultura autoritária modulada, de um lado, pelo corporativismo implementado pelo primeiro governo Vargas e de outro, o comunismo leninista que imperou em boa parte das esquerdas brasileiras”.^{XXVI} Em ambos os casos é apresentado um entendimento que enfatiza a concentração de poder no Estado, justificada numa suposta incapacidade de as camadas

populares se organizarem autonomamente. Por essa dupla influência autoritária, a constituição do campo jornalístico acabou se apresentando como um monopólio de profissionais sobre os quais se exigiu formação superior em Jornalismo, com o fim “de eliminar da atividade aqueles incapazes de compreender a sua importância para o exercício da democracia”.^{XXVII}

Daí também que vários jornais sejam criados ou apropriados por políticos visando criar um canal de comunicação direta com seu eleitorado, apresentando-se como meios privilegiados de ingresso e projeção na carreira política.^{XXVIII} Lacerda não fugiu a esse costume. A criação da *Tribuna da Imprensa* foi a forma encontrada pelo político carioca para cultivar sua própria clientela eleitoral, ampliar o raio de alcance dos ataques aos seus adversários políticos, sobretudo contra Vargas, e, em uma linguagem sensacionalista e melodramática, criar narrativas assimiláveis pelo senso comum. Até para o biógrafo autorizado de Lacerda, o brasilianista John Dulles, o jornalista “tendeu para o lado do sensacionalismo”, fazendo pesquisas superficiais sobre os temas abordados em seu jornal, “movido mais por preconceitos do que por fatos”.^{XXIX}

Para outro brasilianista, Bryan McCann,^{XXX} uma das maiores qualidades de Lacerda foi, sem dúvida, saber usar como ninguém os meios de comunicação para sua autopromoção política. A *Tribuna* se tornou uma plataforma importante nesse sentido, além da participação na TV-Tupi-Rio de Janeiro de Chateaubriand (1953). Mas foi a presença no rádio que contribuiu para tornar Lacerda uma espécie de estrela no Rio de Janeiro. Tanto a *Tribuna* tinha uma circulação baixa para os padrões da época, vendendo aproximadamente 20 mil exemplares – recebendo, inclusive, o apelo de “lanterninha” por isso -, quanto a TV dava seus primeiros passos, sendo assistida por um público muito reduzido de espectadores, sobretudo das classes média e alta. Já o rádio, era veículo disseminado em praticamente todos os segmentos sociais, fato que possibilitava uma ampliação expressiva da divulgação da imagem e das ideias de Lacerda.

Em todos esses veículos, Lacerda buscou representar os interesses das classes médias, apelando para seu moralismo, conservadorismo e ressentimento com os benefícios adquiridos pelos trabalhadores pobres urbanos durante os governos Vargas. Sentindo que estavam prestes a serem proletarizadas, isto é, a se equipararem salarialmente com os mais pobres, as classes médias viram em Lacerda uma promessa de dias melhores, de recuperação/afirmação de seu *status* social. O moralismo, por sua vez, se combinava com a retórica anticorrupção, expressa em ataques frequentes a Vargas e demais membros de seu governo. O “pai dos pobres” era representado como o grande mal que afetava a sociedade e a “tranquilidade da família brasileira”.^{XXXI} Com tais apelos, Lacerda não só incorporava o programa udenista, como saciava parcialmente a demanda das classes médias por uma liderança carismática que as representasse contra o getulismo. Por tudo isso, é possível afirmar que Lacerda se apropriou das

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

mesmas ferramentas discursivas que criticava (a demagogia, o sensacionalismo, a superficialidade, etc.), se tornando “o populista da classe média”.^{XXXII}

Conforme demonstram os estudos de Gláucio Soares^{XXXIII} e Izabel Picaluga,^{XXXIV} o lacerdismo conquistou mais votos nas camadas média e alta do eleitorado da Guanabara, convergindo nesse aspecto com a UDN, acrescentada sua influência junto às mulheres.^{XXXV} Considerando os dados referentes aos candidatos às eleições para o governo do estado da Guanabara em 1960, Soares afirma “que dentre os eleitores de Lacerda, nada menos de 39% se colocam entre as classes favorecidas (a grande maioria destes se considera como pertencendo à

alta classe média)”,^{XXXVI} enquanto 31% dos votantes encontram-se na baixa classe média, perfazendo um total de 70% do eleitorado lacerdista. Esses dados são confirmados por Picaluga, que lembra o fato de que o campo político da Guanabara foi polarizado entre UDN e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante praticamente todo o período 1945-1964. Desse modo, “a UDN relacionava-se mais diretamente com a classe dominante e seus aliados naturais, enquanto para o PTB se dirigiam os votos dos eleitores das classes populares [...]”,^{XXXVII} embora os votos não sejam necessariamente ideológicos. Somados, os votos no PTB e na UDN equivaliam a “80% dos votos na Guanabara”,^{XXXVIII} o que demonstra a força da polarização entre os partidos citados e a fraqueza dos partidos menores.

Valendo-se de seu reconhecimento no campo jornalístico, Lacerda se projetou politicamente no Distrito Federal e na Guanabara como a maior liderança da UDN e o principal opositor dos governos Getúlio Vargas (1951-1954), JK (1956-1959), João Goulart (1961-1964) e Castelo Branco (1964-1967). Articulando a política carioca entre os níveis local e federal e polarizando o debate público com representantes do PTB, o “demolidor de presidentes” alcançou grande notoriedade, sendo eleito com votações expressivas pela UDN: em 1947, como vereador (34.762 votos); em 1954, como deputado federal (159.707 votos); em 1958, reeleito deputado federal (143.012 votos); e em 1960 como governador (357.172 votos).^{XXXIX}

Ideologicamente, Lacerda apresenta as mesmas características de seu partido: o liberalismo econômico, o anticomunismo e o antigetulismo.^{XL} Segundo Soares,^{XLI} as bases ideológicas do lacerdismo se expressam em termos de rejeição ao estatismo econômico e de apoio à atração e ao aproveitamento de capital estrangeiro no desenvolvimento do país. No entendimento de Guita Debert,^{XLII} o liberalismo econômico se combina nesse caso com uma postura relativamente tolerante com as desigualdades, sendo essas mitigadas como decorrência quase que automática do aumento da produtividade. Conforme foi registrado em uma biografia publicada por seu sobrinho Cláudio, Carlos Lacerda acreditava que o Estado não deveria se preocupar tanto com a redistribuição de riquezas, pois essas são fruto do trabalho. O que caberia ao Estado seria criar as condições necessárias ao crescimento econômico e à expansão do mercado consumidor interno. A principal frente de combate às desigualdades seria orientada pelo investimento maciço em educação, o que possibilitaria não só a distribuição justa de riquezas, mas também a participação política de parcelas mais amplas da sociedade.^{XLIII}

Pautado por tais valores, Lacerda representou as demandas de segmentos sociais que, embora não estivessem marginalizados do poder, possuíam esse sentimento. Se percebendo esquecidas por Vargas, as classes médias estavam sujeitas a se mobilizarem quando interpeladas por uma retórica que afirmava a sua centralidade na política nacional.^{XLIV}

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Os limites do liberalismo udenista e lacerdista se dão pela rejeição permanente à participação política ampliada, com recusas ao reconhecimento do direito de voto aos

analfabetos. Somente a educação poderia preparar o cidadão para o exercício do voto, na prática, a única forma de participação admitida por Lacerda. Para o líder da UDN na Guanabara, a qualidade da participação seria mais importante do que sua extensão, configurando-se uma defesa intransigente do papel das elites na democracia.

Em Sessão legislativa de 2 de setembro de 1957, quando era deputado federal (UDN-DF), ao discutir evidências de fraude eleitoral nas eleições para prefeito municipal de Belém (PA) e a necessidade de se respeitar a legislação eleitoral em vigor, Lacerda expressou sua

inconformidade com a extensão do direito de voto aos analfabetos, vista como medida para promover massas de manobra:

Parece que, na realidade, devemos estar jubilosos por essa corrida ao analfabetismo, por essa confissão de amor súbito dos beneficiários da fraude ao voto do iletrado no Brasil, porque ela importa em reconhecer que o alfabetizado já não garante maioria a esses que pretendem, agora, traí-lo para entregar a Nação à maioria que não tem escolas.

Por outro lado, importa numa confissão da incapacidade do Governo em dar escolas, antes que urnas eleitorais, para que o eleitor possa aprender a votar antes de exercer esse dever.^{XLV}

Em outro contexto, na sequência da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República (1961), Lacerda expôs sua avaliação sobre a importância da formação das elites na democracia. Em suas palavras, “a democracia exige a formação de uma elite dirigente, porque ela é ou deve ser o governo dos melhores, escolhido pela maioria. Ela exige que a maioria seja capaz de escolher os mais capazes. Por isto é que ela é lenta para se estabelecer e se aperfeiçoar”.^{XLVI} Mesmo diante da perspectiva de instauração de um regime ditatorial no imediato pós-1964, quando Lacerda apelou à formação de uma Frente Ampla e à soberania popular como base da democracia, sua concepção de participação ainda se mostrava limitada ao voto, conferindo legitimidade aos membros da elite dirigente, na qual o próprio Lacerda pretendia se incluir em breve.^{XLVII}

Para Benevides, o elitismo liberal udenista se converte em uma rejeição dupla, demonstrando o conservadorismo inerente a sua *práxis* política: “a identificação de reivindicações sociais e, especificamente, trabalhistas, com a desordem, ‘o caos’, e um solene desprezo pelo povo – ‘as massas’ – refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada ‘fruto da ignorância popular’, daí a contestação de resultados eleitorais, o apelo a intervenções militares e o incentivo à repressão dos trabalhadores organizados.”^{XLVIII}

Na análise de Otávio Dulci, o antipopulismo, leia-se, antigetulismo, combina-se ao moralismo, sintetizado na “repulsa à demagogia, à corrupção, ao nepotismo, que seriam atributos intrínsecos do regime a ser transformado”. Em seu lugar, os udenistas defendiam “seu compromisso com as virtudes de que carecia o sistema: a probidade, a integridade, a honorabilidade”.^{XLIX} Advertiam que a administração pública devia se pautar mais por critérios técnicos do que políticos. A UDN “sublinhava a importância do planejamento, da

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

administração racional, da eficiência da burocracia pública e sobretudo da produtividade, tomada como a principal medida do desempenho do sistema”. O viés tecnicista da

administração pública repousava, entretanto, em uma leitura moralizante da política, com o fim de eliminar do aparelho de Estado “o favoritismo, a corrupção e a improvisação”.^L

Penso que tais valores políticos, tão presentes atualmente (seguidos na prática ou apenas instrumentalizados retoricamente), expressam não apenas as ambiguidades do liberalismo udenista e lacerdista, mas também os impasses colocados pelas elites políticas e econômicas em face dos processos de democratização e modernização do Brasil. O compromisso frágil das elites com a democracia, manifestado nas diversas crises do período e nas páginas dos mais variados jornais do país, lança obstáculos evidentes à ampliação e à preservação de direitos políticos, sociais e econômicos, sob a recusa de uma combinação minimamente equilibrada entre liberdade e igualdade. O desprezo pela participação política ampliada às camadas

populares, para além do voto, indica outro dilema da democratização, que ainda vive com o constrangimento de ver seus resultados eleitorais serem contestados publicamente, assim como a integridade de seu processo eleitoral. Para não falar dos apelos incansáveis a intervenções militares, que talvez sejam um dos sinais mais perceptíveis desse problema, ainda que realizados em situações-limite.

O recurso a “estados de emergência”: a proposta “saneadora” do lacerdismo

Além de ser lembrado por sua habilidade oratória, seu vigor nos debates públicos e sua competência no governo da Guanabara, Lacerda é associado às principais crises políticas do período republicano, com apelos frequentes a soluções de força para os impasses políticos. O recurso a intervenções militares e regimes de “emergência” ou “exceção” se explica, entre outras coisas, pela percepção de que o “entulho fascista” da Era Vargas não foi desmontado com o fim do Estado Novo. Na opinião do líder udenista, a corrupção do sistema político pelo getulismo era evidente não só pela interferência direta de Getúlio na criação do Partido Social Democrático (PSD) e do PTB, como ainda na preservação da legislação trabalhista inspirada no fascismo italiano. O controle dos sindicatos e dos meios de comunicação propiciou a costura de um vínculo íntimo entre Vargas e as camadas populares difícil de romper. Por isso mesmo que o voto seria passível de questionamento, pois, baseado mais na emoção do que na razão, seria explorado por lideranças ditatoriais e demagógicas.^{LI}

A partir dessa observação, Lacerda passou a defender a reforma eleitoral e a reforma trabalhista, buscando reduzir a interferência do governo federal sobre os trabalhadores, traduzida na influência dos getulistas sobre eles, ocupados em diversos postos políticos e administrativos, principalmente no Ministério do Trabalho. Além disso, por circunstância da preeminência da vitória eleitoral de Vargas em 1950, Lacerda lançou a tese de que as eleições deveriam ser adiadas até que a “máquina da ditadura” fosse, de fato, desfeita. Nisso, o diretor da *Tribuna* se anteciparia aos juristas da UDN, que passaram a advogar a tese da maioria absoluta como justificativa para vetar a posse de Vargas, “absolutamente incompatível com um regime democrático”.^{LII}

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Na esteira da formação do segundo governo getulista (1951-1954), Lacerda começou a se “articular com alguns militares para a retomada do Clube Militar”, vindo a conhecer Golbery do Couto e Silva, Jurandir Mamede e Canrobert Costa,^{LIII} membros do Exército ligados à

Escola Superior de Guerra (ESG),^{LIV} ao partido militar antinacionalista liberal e ao complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais-Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Segundo Antonio Peixoto,^{LV} sobretudo na década de 1950, o Clube Militar foi o principal espaço de mediação entre os militares e a política brasileira, canalizando os interesses dos principais partidos existentes nas Forças Armadas. Nesse período, aumentaram as pressões civis e militares para uma mudança no equilíbrio de forças no interior da corporação, o que resultou na direção liberal do Clube Militar, nitidamente antigetulista e pró-Estados Unidos da América (EUA). Reunidos sob o slogan da “Cruzada Democrática”, esses militares promoveram o anticomunismo na corporação, conquistando a direção do Clube nas eleições de 1952 e 1954. Em vários aspectos, esses militares estavam alinhados ideologicamente com a UDN, seja no elitismo democrático, no anticomunismo, na rejeição à mobilização dos trabalhadores, no alinhamento preferencial com os EUA ou na atração de capital estrangeiro.

Para René Dreifuss,^{LVI} Golbery do Couto e Silva e Jurandir Mamede, junto a outros militares de alta patente, estavam afinados com tecno-empresários na construção de um projeto “modernizante-conservador”, compartilhando nos cursos da ESG e em outros espaços “com os interesses multinacionais e associados tanto à perspectiva quanto ao sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista”. Nesse processo de formação de elites dirigentes (políticas e administrativas), que reunia civis e militares, vale ressaltar que o próprio Lacerda teve participação, ainda que tenha interrompido o curso: “fui o único aluno repetente na Escola Superior de Guerra e nunca concluí o curso; eu estava fazendo o curso em 1954 como um dos representantes da ABI quando houve o atentado de agosto”.^{LVII}

Não por acaso, Lacerda tentou cooptar lideranças do Clube Militar para derrubar Vargas, contando com o papel moderador das Forças Armadas. Após o atentado contra a sua vida na Rua Toneleros (em 5 de agosto de 1954), resultando na morte do Major Rubem Vaz, que fazia sua segurança, a crise política precipitou, assim como os conflitos nas Forças Armadas e os apelos a sua intervenção no sistema político. Com a descoberta de que o comando para assassinar Lacerda partiu do chefe da guarda pessoal de Vargas, tenente Gregório Fortunato, a imagem pública do presidente ficou ainda mais desgastada, já sendo alvo de tentativas de *impeachment* (por fim, sem êxito). Lacerda radicalizou sua oposição ao governo, culpando publicamente Getúlio pelo episódio.^{LVIII}

Além de promover uma campanha intransigente na imprensa pela deposição de Vargas, Lacerda lembra que procurou o general Canrobert Costa, solicitando que ele entrasse em contato com outros militares e derrubassem Getúlio Vargas da presidência, “para que o país possa voltar à normalidade”. Porém, Canrobert negou o pedido, justificando que não havia um apoio civil satisfatório à medida. Somente em caso de “vier para o Exército tudo quanto é moção” os militares iriam interferir.^{LIX} Procurou ainda o vice-presidente Café Filho, pedindo para que ele convencesse o Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, a garantir sua posse na

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

ausência do presidente, mas obteve resposta negativa tanto de Café Filho quanto de Zenóbio, após encontrá-lo pessoalmente.^{LX}

Como destaca o cientista político norte-americano Alfred Stepan^{LXI} em sua análise sobre o padrão de comportamento político das Forças Armadas no Brasil, em 1954, a

legitimidade da autoridade do chefe do Executivo estava muito fragilizada, combinando-se a acusações de corrupção no governo (o “mar de lama”) e a suspeitas de ter mandado assassinar seu principal adversário político: Carlos Lacerda. Havia certo consenso entre os militares de que a situação política do presidente era insustentável; porém, ainda faltava obter o apoio da “opinião pública” para intervir. Foi assim que os jornais se apresentaram como “intérpretes legítimos” do povo, reclamando uma ação enérgica das Forças Armadas.

Antes do golpe de 1954, após a tentativa de assassinio de Lacerda e a subsequente descoberta do ‘mar de lama’ de corrupção e escândalos financeiros, vários civis que representavam a elite política participante sentiram que era chegado o momento de Vargas renunciar. A mensagem transmitida aos leitores civis e militares dos jornais era que as circunstâncias autorizavam o exercício militar do papel moderador, a fim de supervisionar a transferência do poder do presidente Vargas ao vice-presidente Café Filho.^{LXII}

A comoção popular com o suicídio de Vargas foi recebida com surpresa pela imprensa e pelas elites. Logo se fizeram sentir as reações contra os órgãos de comunicação e os políticos, sobretudo Carlos Lacerda, que cobraram a renúncia do ex-presidente. O vice-presidente Café Filho assumiu o cargo vacante, se comprometendo a seguir o calendário eleitoral, que previa novas eleições no ano seguinte. Lacerda, porém, iniciaria outra campanha; dessa vez, pelo adiamento das eleições.

Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral, mas uma reforma profunda no país, e que essas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, de vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte só porque estavam marcadas, era na minha opinião, um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar uma decisão que não tomaria num tempo normal.^{LXIII}

O líder da UDN na Guanabara argumentava que era preciso fazer um saneamento espiritual e psicológico no país antes que ocorressem novas eleições. O povo estaria desnortado com o ocorrido em agosto de 1954, não conseguindo escolher seus novos governantes com base na razão. “Agora, quem não estava em condições de fazer eleições democráticas, naquele momento, era o povo, que estava profundamente traumatizado, e, ainda por cima, com uma lei eleitoral toda errada, toda viciada, feita para garantir o predomínio de uma casta e de uma oligarquia política”.^{LXIV} Na Sessão de 4 de julho de 1955 da Câmara dos Deputados, após ter questionado: 1) a competência política dos analfabetos para o exercício do direito ao voto, considerados como massa de manobra do getulismo; 2) a integridade do sistema partidário herdeiro da influência varguista; e 3) as condições precárias de governabilidade no sistema montado em 1946, Lacerda disse que:

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

[...] os esforços que atualmente se fazem para levar a bom termo uma solução eleitoral, puramente eleitoral, para o Brasil, têm um vício de origem que precisa ser dito em altas vozes: nós vamos para uma eleição que todos os brasileiros sabem não

ser autêntica! Nós temos um corpo eleitoral em que quase metade do eleitorado se constitui de defuntos ou daqueles que, pela Constituição, estão proibidos de votos.^{LXV}

Além disso, havia a perspectiva de que o sucessor de Vargas pudesse ser um herdeiro seu. Por isso, Lacerda tentou convencer Café Filho da necessidade de adiar as eleições, mas novamente sem sucesso. Passou a advogar, nesse momento, a instauração “de um ‘regime de exceção’, durante o qual as formas eleitorais e a Constituição seriam modificadas para trazer a ‘verdadeira democracia’ e ‘destruir’ a ‘oligarquia’ dominante por tanto tempo”.^{LXVI} Na Câmara e na imprensa, Lacerda questionou abertamente a integridade do sistema eleitoral, sugerindo a ruptura democrática como forma de operar correções no sistema político, promovendo “eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que à emoção”.^{LXVII} Nesse sentido, Lacerda concorda que era golpista, pois defendia a realização de rupturas institucionais como meio de evitar a instauração de regimes ditatoriais.^{LXVIII} No entanto, foi justamente no bojo de seu golpismo que o país entrou em uma ditadura de 21 anos.

Realizadas as eleições, confirmou-se o que já era esperado: JK venceu, contando com João Goulart como vice-presidente, eleito pelo PTB. Reafirmava-se a aliança PSD-PTB tão combatida pelos udenistas da Guanabara. Daí a interpretação (sem fundamento jurídico) de que

o resultado eleitoral não foi legítimo, porque JK e Jango não alcançaram a maioria absoluta de votos; portanto, deveriam ter sua posse vetada, sendo realizadas novas eleições. À tese da maioria absoluta se somava a denúncia de influência do PCB (na ilegalidade) no processo eleitoral, o que também invalidaria o resultado. Em seu questionamento, Lacerda foi apoiado pela Cruzada Democrática, grupo de militares anticomunistas, pelo Clube da Lanterna^{LXIX} e por jornais da grande imprensa, a exemplo de *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e o *Diário de Notícias*. Contudo, as divisões internas, a UDN, com lideranças que reconheciam a legitimidade da vitória de JK e Jango, e, principalmente, a falta de consenso entre os militares em relação à necessidade de intervir fizeram com que o golpismo lacerdista fosse anulado. Para garantir a posse do novo governo, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, promoveu um “golpe preventivo”, afastando temporariamente Carlos Lacerda da vida pública.^{LXX}

Com o “golpe preventivo” de novembro daquele ano, Lacerda precisou sair do país para ficar em segurança, já que havia uma expectativa de que viessem a seu encontro para prendê-lo ou algo pior. Assim, foi asilado na embaixada em Cuba, seguindo em exílio, para os EUA e Portugal, de onde trocou correspondências com familiares, amigos e membros da UDN. Conforme registra Dulles (1992, p. 238, 243, 244), mesmo no exílio Lacerda não deixou de apelar para uma intervenção militar no Brasil, fazendo críticas a Lott e JK, publicadas sob o pseudônimo de Júlio Tavares em *O Globo*. De retorno ao Brasil, Lacerda foi acusado de subversão por advogados do governo federal, além de ser proibido de falar nos meios de comunicação, a despeito de JK ter anistiado os conspiradores de ontem. Os meios de comunicação que transmitissem “programas obscenos ou insultuosos às autoridades públicas”

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

poderiam ter sua concessão suspensa por 30 dias.^{LXXI} A partir desse momento, e como alternativa à censura, Lacerda e outros membros da UDN lançaram a “Caravana da Liberdade”, uma série de comícios pelo país, nos quais os udenistas passaram a ter um contato mais direto com seu eleitorado, fazendo uma campanha permanente contra o governo federal.

Posteriormente, Lacerda se envolveu diretamente na crise de agosto de 1961, no desgaste do governo Goulart e na justificação e crítica do governo Castelo Branco. Em um curto espaço de tempo, passou do auge ao fim melancólico de sua trajetória política, sendo reconhecido como golpista e “demolidor de presidentes”.

Lacerda e a estrada para o golpe de 1964

Próximo do fim do governo JK, Lacerda começou a se mobilizar para candidatar-se ao governo do recém-criado estado da Guanabara e promover um nome para a presidência da República. Para Lacerda, Jânio Quadros pareceu ser a melhor opção nesse momento. Confessando em suas memórias ter ficado impressionado com a figura do governador de São Paulo, Lacerda bancou sua candidatura, contrariando, inclusive, a preferência da direção nacional da UDN por Juraci Magalhães, presidente nacional do partido. “Contudo, as características políticas de Jânio, com seus apelos de cunho demagógico e seu desprezo pelas organizações partidárias que, em última análise, desembocavam num extremo personalismo, não eram aceitas pelos próceres realistas”.^{LXXII}

Mas Lacerda não desistiu da candidatura de Jânio, vendo no apoio a esse candidato a possibilidade de a UDN chegar ao poder pela primeira vez e fazer uma “revolução pelo voto” contra a direção PSD-PTB. Após sucessivas derrotas nas eleições presidenciais e de tentativas fracassadas de ocupar o centro do poder por meio de golpes de Estado, Lacerda percebeu que seu partido deveria se render ao “carisma popular”, apoiando uma candidatura aparentemente imbatível, que tinha potencial para atrair votos getulistas.^{LXXIII} Assim, se engajou na campanha de Jânio ao mesmo tempo em que concorreu ao governo da Guanabara, apresentando um programa liberal-conservador, que finalmente saiu vencedor nacional e regionalmente.

A vitória de Jânio Quadros foi comemorada por Lacerda, ainda que o primeiro fosse acompanhado de Jango na vice-presidência da República. Pela primeira vez, a UDN chegara ao posto mais importante da política nacional. De outro lado, a formação do governo atendia, em boa medida, aos interesses do projeto modernizante-conservador elaborado junto à ESG e ao complexo IPES-IBAD, com a indicação de empresários, técnicos e militares para os ministérios, setores da administração pública e da hierarquia militar.^{LXXIV} Entretanto, a comemoração do resultado não durou muito, e o líder da UDN na Guanabara partiu para a oposição a Jânio, criticando a sua falta de iniciativa no governo e a política exterior adotada por seu companheiro de partido, Afonso Arinos de Melo Franco (UDN-MG). Ao mesmo tempo, o primeiro governador da Guanabara promovia mudanças na região, ampliando a rede escolar, de esgoto, descentralizando a administração pública, buscando introduzir uma lógica mais racional ao funcionamento do governo, investindo em uma série de obras e na reorganização do espaço urbano. A interpretação de Marly Motta sobre o governo Lacerda sugere que sua tática atendia aos valores moralizantes e liberais udenistas e das classes médias, enquanto reduzia os conflitos no interior do Estado e lhe permitia ter maior governabilidade:

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Lacerda apostou na montagem de um governo ‘técnico’, constituído com base em critérios de impessoalidade, neutralidade e racionalidade. A despolitização da administração pública pareceu ser o melhor antídoto para preservá-la das disputas políticas, já que o governador era um dos mais importantes pólos dessa disputa.^{LXXV}

Não demorou muito para acabar a “lua de mel” entre Lacerda e Jânio. Em seu *Depoimento*, o principal promotor da candidatura janista registra que foi convidado pelo então presidente para se encontrarem em Brasília, no Palácio do Planalto. Nesse encontro, o governador da Guanabara pediu esclarecimentos sobre as pretensões políticas de Jânio, confessando que se sentia incomodado com a paralisia de seu governo. Chegou a dizer que pretendia desistir do governo da Guanabara, como uma forma de se redimir de ter contribuído para a eleição de um governo que nada faz pelo povo, não assumindo seus compromissos de campanha. Orientado por Jânio, o Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, pediu para que Lacerda surpreendentemente convencesse o Ministro da Aeronáutica, que lhe era próximo, no sentido de apoiar uma intervenção militar em gestação. Mas Lacerda diz recusar o pedido, lembrando ao Ministro que o presidente tinha todo o apoio do Congresso para fazer as reformas necessárias no país, não precisando recorrer a golpes. Lacerda ainda diz que ameaçou expor a situação publicamente se não houvesse esclarecimentos da parte de Jânio. Temendo pela precipitação da crise, procurou outros governadores, ministros e colegas de UDN para conversar e descobrir uma forma de proceder. Não encontrando outro jeito, justifica, foi para a TV fazer pronunciamentos alertando os telespectadores para a iminência de um golpe. Em menos de um dia após o governador da Guanabara realizar seu terceiro comunicado na TV (na noite de 24 de agosto) a respeito da tentativa de golpe orquestrada de dentro do Planalto, Jânio decidiu entregar sua carta de renúncia ao Congresso, no que teve aceite pronto.^{LXXVI}

A crise desencadeada com esse evento já é conhecida. A renúncia de Quadros foi seguida do veto militar à posse do vice-presidente João Goulart, que se encontrava na China a pedido de Jânio. Suspeitando de seus vínculos com os comunistas e de suas relações com os sindicatos, os ministros militares tentaram suspender a posse de Goulart, ignorando o rito constitucional. Ao veto, seguiu-se uma intensa campanha liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB-RS), que defendia a legalidade da posse de Jango, no que era acompanhado, de forma mais moderada, por diversos veículos da imprensa carioca e paulista. Lacerda, entretanto, apoiou o veto, acreditando que a iniciativa militar era necessária para preservar a ordem. Com o desentendimento entre os próprios militares e, sobretudo, a falta de apoio civil à intervenção militar, foi encontrada uma solução para o impasse: a adoção de um regime parlamentarista híbrido, que reduzia significativamente os poderes do presidente. Daquele momento em diante, Lacerda se comprometeria a combater o governo, “e na primeira que ele fizer vamos tirá-lo; não será a primeira vez que isso acontece”.^{LXXVII}

O governo Jango, de qualquer modo, foi marcado pela instabilidade, desde a posse até o golpe de março de 1964. As explicações para essa crise nem sempre se encontram, ora se valorizando aspectos estruturais e econômicos, ora conjunturais e políticos. Entre os autores que interpretam o golpe em sua dimensão estrutural, se destaca Fernando Henrique Cardoso,^{LXXVIII} para quem a intervenção militar expressou um movimento contrarrevolucionário de contenção da mobilização popular, associada à desordem e ao caos. O aprofundamento da industrialização e a crescente abertura ao mercado internacional durante o

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

governo JK teriam provocado um desequilíbrio nas bases de sustentação do regime populista, o qual, para as classes dominantes, já não mais satisfazia. Construía-se uma nova hegemonia no país, representada pelo capital multinacional e associado, por segmentos militares e tecnocratas. Nessa leitura, a intervenção militar de 1964 e a marginalização das demandas populares e da

plataforma nacional-reformista seriam resultantes da projeção e afirmação dos interesses daqueles grupos mais ligados ao capital internacional.

A perspectiva de Cardoso é semelhante à do cientista político René Dreifuss,^{LXXIX} que em sua tese de doutorado pesquisou fontes inéditas relativas ao complexo IPES-IBAD, organizações utilizadas por empresários, técnicos e militares reunidos para criar um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, atuando em diversas frentes. Essa elite orgânica se articulou para interferir no debate público, barrando projetos governamentais no Parlamento, desgastando o governo Jango por meio de uma batalha de ideias na imprensa, nas editoras, no cinema e no campo partidário, contando com a ajuda de outros opositores do governo federal.

Agindo como um novo bloco histórico orientado para a internacionalização da economia brasileira e o favorecimento dos interesses do capital estrangeiro e multiassociado, o complexo contribuiu não só com o desgaste da imagem pública de Jango, como também com a logística do golpe de 1964, ocupando postos-chave da administração pública nos governos do período ditatorial. Para fazer essa campanha, recebiam financiamento de empresas brasileiras, associadas ao capital estrangeiro e interessadas em se inserir no mercado brasileiro. Se valeram de seus contatos com membros da UDN, do PSD e do PDC (Partido Democrata Cristão), donos de meios de comunicação e militares ligados à ESG, além de editores, intelectuais, grupos femininos conservadores, setores da Igreja Católica, etc.

Segundo Guillermo O'Donnell,^{LXXX} a aceleração da industrialização em sociedades de capitalismo tardio e dependente, como o Brasil, exige, na avaliação das classes dominantes, a

instauração de um tipo de Estado Burocrático-Autoritário (BA), mediante o qual seja mais fácil controlar os movimentos populares, aumentar a taxa de exploração do trabalho, racionalizar a economia e a administração pública, alavancar a inserção na divisão internacional do trabalho e atrair investimentos estrangeiros mais vultosos, com o fim de modernizar o país. Esse processo de “aprofundamento” do capitalismo, no entanto, é encaminhado junto à formação de um regime excludente, política e economicamente, dirigido por uma elite reconhecida por sua carreira nas Forças Armadas, em empresas públicas ou privadas.

Essas linhas de argumentação, que associam problemas e questões atinentes não apenas ao governo Jango, e sim de mais longa data, no entanto, são criticadas por autores que preferem seguir uma abordagem mais focada no campo político e na conjuntura de crise. Assim, Wanderley Guilherme dos Santos defende a tese de que o fim abrupto do governo Jango ocorreu devido a uma “crise de paralisia decisória”. Enfatizando a dinâmica partidária e parlamentar, as tendências de formação de alianças e coligações, as proposições e discussões legislativas, além da rotatividade nos Ministérios do governo Goulart, Santos entende que a crise de 1964 se explica fundamentalmente por razões políticas, como “a consequência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema apresentasse desempenho adequado, impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de ‘paralisia decisória’”.^{LXXXI}

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

A tese de Santos, porém, se ilumina a dinâmica congressual e evidencia as dificuldades encontradas pelos partidos para aprovar projetos e concordar minimamente na resolução de problemas nacionais, pouco esclarece sobre as discussões e problemas relativos ao âmbito da sociedade civil, de onde nascem as demandas que podem ou não ser canalizadas pelos partidos.

Sequer oferece subsídios para compreender a dinâmica das Frentes Parlamentares, entre as quais, nacionalistas e internacionalistas, trabalhistas e liberais se reuniam e debatiam os rumos da nação, para além do âmbito de seus próprios partidos. Ignora que os parlamentares representam interesses setoriais, corporativos e pessoais, os quais não se dispõem facilmente a vir a público nas sessões legislativas. Consequentemente, o autor vinda os olhos para a atuação de grupos de pressão, a exemplo do próprio complexo IPES-IBAD e das Forças Armadas. Em outras palavras, embora Santos interprete a política como o espaço onde se canalizam as demandas, o cientista político deixa de lado as mediações que precedem o processo legislativo e a ação ou a paralisia governamental, isolando a política em relação a fatores culturais e econômicos e à sociedade civil organizada.

O elitismo democrático, o qual rejeita a participação política estendida às camadas populares, foi compartilhado por segmentos significativos das elites políticas, militares e empresariais durante todo o período republicano. Na conjuntura de 1961-1964, porém, o crescimento da mobilização de trabalhadores do campo e da cidade, combinado a um aumento do número de greves, revoltas e invasões a propriedades particulares, atingiu seu ápice. Os partidos encontraram dificuldades para canalizar as demandas por reforma agrária, urbana, política, entre outras, as quais poderiam ter operado modificações substanciais nas estruturas da sociedade brasileira, desconcentrando a propriedade da terra, reduzindo o domínio de chefes locais sobre populações do interior, garantindo o direito à moradia para milhares de pessoas residentes em grandes centros urbanos, ampliando o poder de consumo das famílias, bem como o direito à participação política, com o voto estendido aos analfabetos e militares subalternos. Entretanto, as demandas por reformas mais profundas colocadas por trabalhadores organizados,

intelectuais e lideranças políticas eram interpretadas como sinônimo de caos e desordem. Como expressou Lacerda, ao discutir “As Reformas que Urge Fazer” na época, “a crise de autoridade já chega a pôr em perigo a própria liberdade”. O avanço do comunismo (“neo-imperialismo russo”) sobre o Brasil se faz mediante a exploração política das contradições sociais e constrange o direito à propriedade e à livre iniciativa. É inadiável, nesse sentido, a tarefa de instaurar “um governo capaz de salvar a liberdade pela restauração da autoridade que, além de legal, seja legítima”^{LXXXII}.

Apesar de não ter participado diretamente da conspiração ou da intervenção, Lacerda foi peça-chave no desgaste político do governo. Como já era de costume seu, fez diversas declarações na imprensa, no Brasil e no exterior, nas quais questionava a capacidade de Jango governar e solicitava a sua retirada por ação das Forças Armadas, denunciando o cerco que faziam contra o seu governo na Guanabara. Mas foi a entrevista cedida ao jornal *Los Angeles Times*, no final de setembro de 1963, que mais provocou a ira de Goulart e dos Ministros Militares, os quais chegaram a divulgar uma nota de repúdio às declarações de Lacerda. Este “acusou Goulart de estar aliado com os comunistas e previu a iminente queda de seu governo, afirmando que os militares discutiam se seria ‘melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

controle até o término do seu mandato ou destituí-lo agora mesmo”^{LXXXIII} Logo em seguida, foi realizada nova tentativa de assassinar Lacerda, ao que tudo indica, novamente sob o comando da alta cúpula do poder. Porém, a operação foi fracassada, e os ministros militares propuseram que Goulart solicitasse ao Congresso a instauração de um estado de sítio por 30

dias, medida que foi rejeitada tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas. Com o desfecho do episódio, militares que até então eram legalistas passaram a apoiar soluções de força contra o que acreditavam ser uma postura golpista do Presidente. Empresas de comunicação, principalmente *Globo*, *Jornal do Brasil* e rádio *Tupi*, se reuniram para denunciar o perigo comunista e fazer oposição ao governo federal.^{LXXXIV}

Durante esse período, Lacerda apelou constantemente para o imaginário anticomunista, compartilhado por liberais, militares e católicos, denunciando uma suposta infiltração vermelha no governo Goulart e a tutela sobre as organizações trabalhistas. Nessa campanha de oposição, retomava seus convites à intervenção das Forças Armadas no sistema político, além de promover sua própria imagem como “herói ‘salvador da pátria’”. O caráter mítico da imagem pública de Lacerda, aliás, é um aspecto central na análise da historiadora Marina Mendonça, para quem o líder da UDN na Guanabara “tentou aproveitar os momentos de crise para construir uma imagem de homem providencial, a do herói encarregado de salvar a pátria amada”^{LXXXV}.

Além do episódio da entrevista no jornal norte-americano na precipitação do pedido de estado de sítio, Lacerda ainda ajudou a organizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, junto a grupos femininos conservadores, à Igreja Católica e ao IPES. O evento, realizado em São Paulo, foi convocado como ato de protesto ao Comício da Central do Brasil, do dia 13 de março de 1964, ocasião em que Goulart finalmente se vinculou explicitamente ao campo das esquerdas e expressou a necessidade de fazer mudanças na Constituição, com o fim de promover as reformas de base. Em seu discurso, Jango ainda propôs a delegação de atribuições legislativas ao Poder Executivo e a convocação de um plebiscito para consultar a opinião do povo a respeito das reformas, no que recebeu recepção negativa no Congresso e na imprensa.

A Marcha de São Paulo reuniu cerca de 500 mil pessoas, sendo acompanhada de manifestações semelhantes em diversas capitais: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Recife, Fortaleza, Florianópolis, Maceió e Curitiba, entre outras cidades, antes e logo após o golpe. Segundo Aline Presot, as Marchas foram expressão do descontentamento de grupos conservadores que denunciavam a “infiltração comunista no governo, bem como nas Forças Armadas, nos partidos, sindicatos e nas organizações estudantis, responsável pelas mobilizações populares”. Tais grupos manifestavam símbolos do anticomunismo católico, “relacionando o comunismo à sombra, às trevas, ao medo e ao terror, dizendo-o capaz de destruir os três pilares da sociedade livre: *Deus, Pátria, Família*”^{LXXXVI}.

Com a construção do apoio civil e militar ao golpe de Estado e o isolamento político de Goulart, a crise encontrou seu desfecho. Mas o desenrolar dos eventos durante e após 1964 demonstrou que a crença na manutenção do padrão moderador das Forças Armadas já não podia mais se sustentar. Aqueles que, como Lacerda, apoiaram o golpe, acreditando na sua pontualidade e na devolução do poder aos civis, foram frustrados pela permanência dos

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

militares no poder. Não se tratava apenas de uma mudança de governo, e sim de uma mudança de regime, de direção do Estado e da sociedade. A projeção de um novo bloco histórico, construído por iniciativa de militares, empresários e técnicos ligados ao capital multinacional e associado, requeria mudanças no campo político, desmobilização popular, fechamento dos

canais de acesso ao Estado e aumento da capacidade de exploração do trabalho. O erro tático do “demolidor de presidentes” foi acreditar que do golpe nasceria um movimento de “democratização” no país, conduzido por civis e por ele mesmo, já que objetivava se candidatar à presidência da República em 1965, se sentindo capacitado e com força eleitoral para vencer o pleito.

Realizado o golpe, Lacerda pensou que poderia se projetar como uma liderança “revolucionária”, ajudando a fazer a transição para o governo civil. A pedido do general e primeiro presidente militar Castelo Branco, circulou pela Europa e EUA como representante do “governo revolucionário”, justificando a deposição de Goulart e a medida saneadora do governo militar (os expurgos, prisões e a repressão política). Porém, ao perceber que os militares visavam prorrogar o período do governo castelista, cancelando as eleições diretas para a presidência da República, Lacerda finalmente entendeu que se tratava de um regime ditatorial. Discordando dos rumos que tomava o governo, ainda tentou criar um movimento de oposição à permanência dos militares no poder, a Frente Ampla, contando para isso com a ajuda de Jango e JK. Tentou até mesmo criar um partido político que reunisse os adeptos da Frente e, sintonizado com seus objetivos, ajudasse a dar o tom democrático da “revolução”. Porém, o acirramento das divergências com Castelo Branco e o comando militar, por volta de 1966-1968, provocaram a cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda, que viu o fim melancólico de sua trajetória política. Dessa vez, o “demolidor de presidentes” experimentou de seu próprio veneno.

Conclusão

Seja para identificar como golpista ou grande tribuno, o fato é que Lacerda se destaca na história política brasileira. Mais do que isso, expressa os dilemas da democratização e da modernização no país, assim como o compromisso frágil das elites com as regras do jogo. A

trajetória de Carlos Lacerda evidencia que na tradição política nacional é justo suspender as liberdades e a Constituição se as intenções são “nobres”. As soluções de força para os conflitos políticos parecem ser necessárias, nessa perspectiva, se for de compreensão comum que a ordem e a autoridade são tão basilares à democracia quanto a liberdade. Nesse sentido, Lacerda recupera o pensamento saquarema, segundo o qual, liberdade e ordem são dois conceitos inseparáveis e a cidadania deve ser usufruída por poucos (“os homens bons”).^{LXXXVII} Vendo na participação popular um símbolo da desordem e naturalizando as desigualdades, o político carioca combina o liberalismo ao conservadorismo, o elitismo à defesa da democracia, recorrendo constantemente ao arbítrio militar sobre os conflitos políticos.

Percebendo-se como líder messiânico, herói nacional e salvador da pátria, o representante da UDN na Guanabara sintetiza os dilemas do liberalismo udenista, que tenta despolarizar o político, apegando-se a uma retórica moralista, que supostamente preza pela ética

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

na administração pública. Tal estratégia retórica, que divide o campo político entre “honestos” e “corruptos”, tornando as batalhas políticas mais palatáveis para o senso comum, geralmente encobre interesses e vínculos sociais, os quais só se tornam mais evidentes quando seus adeptos chegam ao poder e nos momentos de crise, quando “as pedras se tornam vidraça”.

O questionamento constante da legitimidade do processo e do resultado eleitoral, da competência política das camadas populares, sobretudo dos analfabetos, a rejeição à participação extra-parlamentar, via comícios, greves e protestos, ou até mesmo por meio de plebiscitos, indica novamente o quão limitado é o compromisso das elites com a democracia. A trajetória política de Carlos Lacerda, nesse sentido, é representativa dos dilemas que a sociedade brasileira enfrenta na democratização e no equacionamento entre liberdade e igualdade, historicamente sacrificadas no Brasil em prol da preservação da ordem.

Pesquisas futuras podem aprofundar e ampliar a compreensão sobre esse personagem central da história política brasileira, examinando, com base em evidências empíricas, o estilo de comunicação adotado por Lacerda ao longo de sua vida pública. O trabalho de MacCann^{LXXXVIII} é um ponto de partida interessante nesse caso, pois parte da hipótese de que Lacerda, ao fazer oposição a Getúlio Vargas, se valeu das mesmas armas que seu adversário político, utilizando-se de uma retórica populista, que tinha como base social as classes médias do Rio de Janeiro. Ainda que sejam recorrentes às caracterizações de Lacerda como populista ou populista de direita, são poucos os estudos que promovem essa discussão a partir de evidências documentais. Até mesmo o clássico estudo de Debert sobre *Ideologia e populismo*^{LXXXIX} é extremamente limitado, dado que analisa somente o discurso de posse de Carlos Lacerda no governo da Guanabara. As pesquisas deveriam mobilizar uma quantidade de fontes maior: textos publicados em jornais, revistas, livros, discursos realizados na TV e no rádio, entre outras, em um recorte temporal mais amplo, possibilitando, dessa maneira, alcançar conclusões mais genéricas e consistentes.

Também seria produtivo analisar a memória construída sobre Carlos Lacerda, seja por políticos, militares, empresários ou jornalistas. É preciso questionar como esse personagem foi visto por seus contemporâneos, incluindo adversários políticos, colegas de partido, familiares, amigos pessoais, entre outros. O exame da memória dos jornalistas sobre o dirigente da *Tribuna da Imprensa* pode revelar, por exemplo, o quão tolerantes ou críticos seus pares eram com as soluções golpistas e a instrumentalização política da imprensa. Pode evidenciar quais

recursos retóricos eram considerados legítimos na oposição ao getulismo e dimensionar, de outro lado, a influência de Lacerda sobre o campo jornalístico.

As conexões de Lacerda com empresários e militares também merecem maior atenção. As referências esparsas e descontraídas que o próprio deixa em seu *Depoimento*^{XC} a respeito de encontros com militares, da frequência interrompida em curso na ESG e da proximidade com lideranças católicas podem ser uma pista relevante a ser seguida pelos pesquisadores, indicando a rede de solidariedade tecida por Lacerda e aspectos de sua formação política continuada. A investigação sobre a sua correspondência talvez seja um caminho para reconstruir essas conexões e as discussões de bastidor.

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Finalmente, a participação de Lacerda no golpe e no período imediatamente posterior ainda pode ser objeto de novos estudos. Os encontros promovidos junto a outros governadores e a membros das Forças Armadas, suas passagens pelos EUA e Europa como representante do governo castelista, seu empenho na realização de eleição direta para o Executivo e na criação da Frente Ampla, entre outros aspectos, são importantes para compreender o processo por meio

do qual lideranças civis que apoiaram o golpe passaram a rejeitar a permanência dos militares no poder, enquanto outras entenderam que não era momento de retornar o comando civil do Estado.

Portanto, o campo de pesquisas sobre Carlos Lacerda permanece aberto. Embora tenhamos conseguido acumular uma quantidade razoável de informações e conhecimento sobre esse personagem histórico, ainda há muito o que ser feito e esclarecido, até porque análise da trajetória do líder udenista revela não somente os conflitos e impasses da República de 1946, como ainda certos dilemas que vivenciamos no presente, quando são recuperados os mesmos valores que lacerdistas e udenistas professaram, supostamente, em benefício da democracia.

Notas

^I O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

^{II} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Professor da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC). Email: fabricio.f.medeiros@hotmail.com

^{III} LACERDA, Claudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta**: oposição. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 99.

^{IV} LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

^V Ibidem.

^{VI} Em seu **Depoimento**, Lacerda justifica a saída do curso de Direito por ser “contra a ordem jurídica vigente” e porque os casos que mais lhe interessavam não lhe traziam o retorno financeiro esperado. Ibidem, p. 35.

^{VII} KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)**. 2 ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.

^{VIII} Apesar de não ter revelado quaisquer informações confidenciais sobre as atividades do PCB, “aos olhos do partido, além de extremamente desrespeitoso em relação à doutrina e aos ideólogos marxistas, demolia também os princípios em que sempre baseara a sua prática política. Ademais, procurava desmoralizar suas mais destacadas lideranças, exatamente num momento em que estas vinham sofrendo com a ferocidade da repressão governamental”. MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002, p. 51.

^{IX} Lacerda lembra que o desligamento com os comunistas foi uma experiência traumática, “terrível”, pois lhe custou financeiramente e, principalmente, a perda de amigos e um isolamento político e afetivo. LACERDA, op. cit. nota IV, p. 50.

^X DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 137-153, 2006; MCCCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. **Hispanic American Historical Review**, 83: 4, 2003.

^{XI} LACERDA, op. cit. nota IV, p. 75.

^{XII} RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007; BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

^{XIII} Justificando sua autoridade discursiva, Lacerda lembrou que “por jornalista fizeram-se político, por jornalista elegeram-me, por jornalista renunciei, por jornalista vivo, por jornalista quiseram matar-me; justa, portanto, é a

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

licença que ora para mim reclamo de analisar os erros e as desculpas e, ainda mais, as razões de uma profissão pela qual não somente ganho como igualmente gasto a minha vida”. LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1950, p. 9.

XIV *Ibidem*, p. 10.

XV *Ibidem*, p. 75.

XVI Legítimo porque tal função é delegada pelos leitores do jornal. *Ibidem*, p. 41.

XVII *Ibidem*, p.11.

Lacerda demonstra uma concepção dialética de construção da opinião pública, pois, ao mesmo tempo em que o jornalista seria seu “arquiteto”, receberia inputs de seus leitores, canalizando, de certa maneira, opiniões mais ou menos representativas entre os mesmos. Partindo desse entendimento, argumenta que “antes de formar a opinião pública, o jornal é a criação dela. Supondo a boa fé do jornalista, o seu desejo de servir, os seus artigos são quase sempre tradução da média de sentimentos e aspirações dos seus leitores”. *Ibidem*, p. 40.

XVIII *Ibidem*, p. 23.

XIX *Ibidem*, p. 54, 55 e 61.

XX *Ibidem*, p. 65.

XXI *Ibidem*, p. 14 e 67.

XXII BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. **Análisis**, v. 12, p. 67-80, 1989.

XXIII DUMONT, 1966, 1985 apud ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contratempo**, Niterói, v. 4, p. 23-57, 2000, p. 25.

XXIV ALBUQUERQUE, op. cit. nota XXIII, p. 26.

XXV *Ibidem*, p. 46.

XXVI ROXO, Marco. A identidade jornalística: profissionalismo, populismo e representação política. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia - SP, 23 a 27 de setembro de 2013, p. 3.

XXVII *Ibidem*.

XXVIII *Ibidem*; BARBOSA, op. cit. nota XII.

XXIX DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Volume 1: 1914-1960. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 198.

XXX MCCCANN, op. cit. nota X.

XXXI *Ibidem*, p. 681.

XXXII *Ibidem*.

XXXIII SOARES, Gláucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, p. 49-70, set. 1965.

XXXIV PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

XXXV Segundo McCann, op. cit. nota X, as mulheres foram um dos alvos privilegiados de Lacerda, que se dirigia às mesmas em função de suas afinidades com os papéis que tradicionalmente lhes eram atribuídos: mães, domésticas e esposas. Promovendo comícios domésticos, organizados nas residências das mulheres que lhes eram simpatizantes, Lacerda buscou sensibilizar mulheres conservadoras para a necessidade de defenderem a família no espaço público, ainda que tal proposta criasse um paradoxo: mulheres dedicadas ao espaço privado sendo convocadas a comparecer na política, espaço público por excelência.

XXXVI SOARES, op. cit. nota XXXIII, p. 61.

XXXVII PICALUGA, op. cit. nota XXXIV, p. 172.

XXXVIII *Ibidem*, p. 204.

XXXIX PICALUGA, op. cit. nota XXXIV.

XL BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

XLI SOARES, op. cit. nota XXXIII.

XLII DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo: Adhemas de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

XLIII LACERDA, op. cit. nota III.

XLIV MCCCANN, op. cit. nota X.

**“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO
PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A
CRISE DE 1964**

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

- XLV Sessão de 2 de setembro de 1957 da Câmara dos Deputados. In: LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 281-306, 296-297.
- XLVI Manifesto pela Reforma Democrática. In: LACERDA, Carlos. **O Poder das Idéias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, p. 13-21, 21.
- De acordo com Maria Benevides, op. cit. nota XL, p. 252, o elitismo udenista “se enraíza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser ‘politicamente educado’ ou ‘guiado’”.
- XLVII LACERDA, op. cit. nota III, p. 236 e 238.
- XLVIII BENEVIDES, op. cit. nota XL, p. 253.
- XLIX DULCI, op. cit. nota XXXX, p. 39 e 40.
- L Ibidem, p. 45.
- LI LACERDA, op. cit. nota IV.
- LII Ibidem, p. 110.
- LIII Ibidem, p. 123.
- LIV Segundo Alfred Stepan, o papel da ESG foi fundamental na construção de uma doutrina de segurança e desenvolvimento nacional e de um sentimento comum entre os militares de que estes poderiam não apenas fazer intervenções pontuais no sistema político, mas que tinham adquirido competência suficiente para governar, pois “dispunham da estratégia mais apropriada e mais realista para desenvolver o país, e dos tecnocratas mais qualificados para pôr em prática esta estratégia”. STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 128.
- LV PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 71-113.
- LVI DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG, por Ayeska Branca de Oliveira Farias et al. Revisão técnica de René Armand Dreifuss. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 78.
- LVII LACERDA, op. cit. nota IV, p. 155-156.
- LVIII *Tribuna da Imprensa*, 5 ago. 1954 apud DULLES, op. cit. nota XXX, p. 179; MENDONÇA, op. cit. nota IX, p. 151.
- LIX LACERDA, op. cit. nota IV, p. 142.
- LX DULLES, op. cit. nota XXIX.
- LXI STEPAN, op. cit. nota LIV.
- LXII Ibidem, p. 78.
- LXIII LACERDA, op. cit. nota III, p. 147.
- LXIV Ibidem, p. 148.
- LXV Sessão de 4 de julho de 1955 da Câmara dos Deputados. In: LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 113-136.
- LXVI DULLES, op. cit. nota XXIX, p. 203.
- LXVII LACERDA, op. cit. nota III, p. 151.
- LXVIII Ibidem, p. 162.
- LXIX Organização civil criada no Rio de Janeiro em 1953 por Carlos Lacerda para reunir opositores ao getulismo, especialmente membros da UDN. Foi fechada em 1956 por JK, quando este era presidente da República. LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)**. 2 ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.
- LXX DULLES, op. cit. nota XXIX.
- LXXI Ibidem, p. 255.
- LXXII MENDONÇA, op. cit. nota VIII, p. 231.
- LXXIII LACERDA, op. cit. nota IV, p. 198, 205 e 207.
- LXXIV DREIFUSS, op. cit. nota LVI, p. 126.
- LXXV MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 1-6, maio. 2005, p. 3.
- LXXVI LACERDA, op. cit. nota III; LACERDA, op. cit. nota IV.
- LXXVII LACERDA, op. cit. nota IV, p. 267.

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

- LXXVIII CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- LXXIX DREIFUSS, op. cit. nota LVI.
- LXXX O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- LXXXI SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**. Estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003, p. 179.
- LXXXII As Reformas que Urge Fazer. In: LACERDA, Carlos. **O Poder das Idéias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, p. 22-26, 23, 22 e 26.
- LXXXIII KELLER, op. cit. nota VII.
- LXXXIV FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____ & DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 3), p. 343-404.
- LXXXV MENDONÇA, op. cit. nota IX, 306 e 12.
- LXXXVI PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96, 75.
- LXXXVII MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- LXXXVIII MCCCANN, op. cit. nota X.
- LXXXIX DEBERT, op. cit. nota XLII.
- XC LACERDA, op. cit. nota IV.

Referências

Fontes

- As Reformas que Urge Fazer. In: LACERDA, Carlos. **O Poder das Idéias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, p. 22-26.
- LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editôra, 1950.
- LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- Manifesto pela Reforma Democrática. In: LACERDA, Carlos. **O Poder das Idéias**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, p. 13-21.
- Sessão de 2 de setembro de 1957 da Câmara dos Deputados. In: LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 281-306.
- Sessão de 4 de julho de 1955 da Câmara dos Deputados. In: LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 113-136.

Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. M. C. (Org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1994, p. 23-49.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contratempo**, Niterói, v. 4, p. 23-57, 2000.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 149-174.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO
PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A
CRISE DE 1964

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

- BORRAT, Héctor. El periódico, actor del sistema político. *Análisis*, v. 12, p. 67-80, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**: Adhemas de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 137-153, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG, por Ayeska Branca de Oliveira Farias et al. Revisão técnica de René Armand Dreifuss. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Volume 1: 1914-1960. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____ & DELGADO, Lucilia Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 3), p. 343-404.
- KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)**. 2 ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.
- LACERDA, Claudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta**: oposição. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)**. 2 ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- MCCCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 83: 4, 2003.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002.
- MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 1-6, maio. 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. Tradução de Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 71-113.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais**: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Tradução de Maria

**“NÓS FIZEMOS A REVOLUÇÃO, PARA PERPETUAR A DEMOCRACIA, E NÃO
PARA DESTRUÍ-LA A PRETEXTO DE SALVÁ-LA”: CARLOS LACERDA E A
CRISE DE 1964**

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

Alzira Brum Lemos e Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

ROXO, Marco. A identidade jornalística: profissionalismo, populismo e representação política. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia - SP, 23 a 27 de setembro de 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito**. Estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, p. 49-70, set. 1965.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.